



# Diálogos

ISSN 2177-2940



## O feitiço e o transe no romance *O Feiticeiro*, de Xavier Marques.

[doi.org/10.4025/dialogos.v25i3.60130](https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i3.60130)

Milton Araújo Moura

<https://orcid.org/0000-0002-3637-8860>

Universidade Federal da Bahia, Brasil. E-mail: miltonmoura7@gmail.com

### The spell and trance in Xavier Marques novel *The Sorcerer*.

**Abstract:** The writer Xavier Marques, who lived in Bahia, Brazil, has a diverse work, focused on various themes in the field of sociability in the Bay of All Saints. This contribution deals with the singular way in which the author describes, in the novel *The Sorcerer*, published in 1922, scenes related to the tradition of the Orixas, seeking to show how, in an intellectual environment marked by epistemological ethnocentrism, proper to a racist society, reconstituted the plot of the spell and trance, in what consists its originality.

**Key words:** Xavier Marques, Trance, Plot, Orixas, Ethnocentrism, Bahia.

### El hechizo y el transe en la novela *El Hechicero*, de Xavier Marques.

**Resumen:** El escritor Xavier Marques, de Bahía, Brasil, tiene una obra diversa, centrada en variados temas en el campo de la sociabilidad en la Bahía de Todos los Santos. Esta aportación aborda la singular forma en que el autor describe, en la novela *El Hechicero*, publicada en 1922, escenas relacionadas con la tradición de los Orixas, buscando mostrar cómo, en un entorno intelectual marcado por el etnocentrismo académico, propio de una sociedad racista, reconstituyó la trama del hechizo y del transe, en lo que consiste su originalidad.

**Palabras clave:** Xavier Marques, Hechizo, Trance, Orixas, Etnocentrismo, Bahía.

### O feitiço e o transe no romance *O Feiticeiro*, de Xavier Marques.

**Resumo:** O escritor baiano Xavier Marques tem uma obra diversificada, voltada para várias temáticas no âmbito da sociabilidade na Baía de Todos os Santos. Esta contribuição trata do modo singular como o autor descreve, no romance *O Feiticeiro*, publicado em 1922, cenas relacionadas à tradição dos Orixás, buscando mostrar como, num meio intelectual marcado pelo etnocentrismo epistemológico, próprio de uma sociedade racista, reconstituiu a trama do feitiço e do transe, no que consiste sua originalidade.

**Palavras-chave:** Xavier Marques, Transe, Feitiço, Orixás, Etnocentrismo, Bahia.

Recebido em: 16/07/2021

Aprovado em: 01/09/2021

O escritor baiano Xavier Marques tem uma obra diversificada, voltada para várias temáticas no âmbito da sociabilidade na Baía de Todos os Santos. Esta contribuição trata do modo singular como o autor descreve, no romance *O Feiticeiro*, publicado em 1922, cenas relacionadas à tradição dos Orixás, buscando mostrar como, num meio intelectual marcado pelo etnocentrismo epistemológico, próprio de uma sociedade racista, reconstituiu a trama do feitiço e do transe, no que constitui sua originalidade.

Inicialmente, procuro situar o autor na sua época, no sentido de oportunizar ao leitor a percepção de traços da sua ambientação existencial e intelectual. Em seguida, apresento o romance *O Feiticeiro* no contexto de sua obra, para, então, aproximar a lente de sua escrita, mais precisamente, da maneira como sua pena trouxe a público aspectos relevantes das religiões de matriz africana.

### **O autor e seu tempo**

Francisco Xavier Ferreira Marques nasceu em Itaparica, Baía de Todos os Santos, em 1861, vindo a falecer em Salvador em 1942. A duração generosa de sua vida merece consideração. Conheceu a vigência da escravidão e as polêmicas em torno da crise dessa instituição, bem como a organização da tradição dos Orixás em períodos diferentes. Acompanhou as transformações que marcaram o final da Monarquia e a República Velha, envolvendo a transição da situação de africanos e descendentes, bem como conheceu de perto os trâmites sociais e políticos da política desse período, percebendo suas oportunidades e limites.

Viveu os primeiros vinte anos em Itaparica, onde estudou português, francês e latim, tendo se familiarizado desde aí com a literatura de língua portuguesa. Chegou a colaborar num periódico local. Mudou-se então para Salvador, onde, por décadas, se dedicou ao jornalismo, à literatura e à política partidária.

Não caberia, aos efeitos deste artigo, analisar sua obra do ponto de vista da forma literária. Entretanto, algumas pinceladas de comentaristas e historiadores da literatura que conheceram o autor ou tiveram acesso às suas obras até meados do século XX podem contribuir para uma compreensão do que viria a escrever em *O Feiticeiro*.

Não são muitos os estudos sobre Xavier Marques como literato. A maioria dos compêndios não faz muito mais que citá-lo como um autor da transição entre Realismo e Modernismo. Otto Maria Carpeaux (1955) o classificou como regionalista e parnasiano: “Assim como Coelho Neto cultivou o regionalismo do Norte, assim Xavier Marques da Bahia, com as mesmas preocupações estilísticas, parnasianas” (1955, p. 215). Por sua vez, Lúcia Miguel Pereira afirma que Xavier Marques não seria bem um regionalista, e sim tenta “a reconstituição da vida baiana” (PEREIRA,

1957, p. 255). Xavier Marques e Coelho Neto estariam “ora adscritos ao observável, ora descambando para a fantasia” (*ibidem*). Já Alfredo Bosi, mais próximo da crítica contemporânea, dedica duas páginas a Xavier Marques num capítulo intitulado “Entre o documento e o ornamento” de *O Pré-Modernismo* (1967). Isto parece significativo aos efeitos do nosso tratamento.

David Salles (1977), que se debruçou bem mais generosamente sobre a obra do nosso autor, assevera que o pouco conhecimento que dele se tem vem de que os autores que se situam cronológica e estilisticamente entre o Realismo, o Naturalismo e o Modernismo terminaram por corresponder a uma espécie de limbo em que vultos como Xavier Marques ficaram menos conhecidos e estudados com o passar das décadas. Propõe as expressões “transição ornamental” e “transição sincrética” como meio de compreender sua implantação na esteira da literatura brasileira. Destaca o aspecto da ornamentalidade, o conhecimento vasto e profundo da língua portuguesa e da literatura respectiva, o que o conduz ao recurso a um vocabulário muitas vezes raro e sofisticado.

Em profusão, a comparação e a metáfora imagéticas, sobretudo com a intenção de obter efeitos plásticos e sonoros propiciadores de conotações sinestésicas, dão à narrativa um aspecto de ourivesaria lapidada, com funcionalidade inteiramente diversa daquela encontrada na comparação e na metáfora imagética do romantismo. O raro, o exótico, o reflexo luminoso metálico e iridescente, a ressonância esquisita e também sinais de similitude materialista de filiação realista-naturalista são a tônica desses recursos imagéticos (SALLES, 1977, p. 188-9).

Esses traços de estilo aproximam Xavier Marques do poeta Sosígenes Costa, que viveu entre 1901 e 1968, bem como do romancista Adonias Filho, entre 1915 e 1990. São três gerações um tanto distantes cronologicamente. Entretanto, os efeitos estilísticos desenvolvidos em tão distintas inscrições guardam semelhanças e proximidades que despertam a intrigação do leitor atento. Vejamos outra consideração de David Salles:

[...] a saturação da metáfora, da comparação, das imagens, da animização e (em menor escala) outros recursos retóricos corroboram para a eufemização recatada do texto e a ornamentalização aristocratizada que distanciam a narrativa da imediatividade dos assuntos abordados (*ibidem*, p. 189).

Xavier Marques manteve com relação à paisagem ambiental e humana da Baía de Todos os Santos uma proximidade que impressiona. Ressalto a intimidade que sua narrativa permite entrever, em diversos de seus textos, com este mundo diversificado e complexo, seus diferentes ecossistemas e formas de sociabilidade. É provável que tenha estado com frequência em lugares onde apreendeu particularidades da vida cotidiana dessas populações, bem diferente daquela experimentada em

Salvador, e ao mesmo tempo a esta integrada, pois a pesca e a agricultura de pequena escala, na maioria das vezes praticadas em arranjos artesanais e familiares, tinham a cidade do Salvador como principal mercado.

*Jana e Joel*, de 1899, tida por muitos como sua melhor obra em termos de estilo, trata de um casal de namorados da Ilha dos Frades, no noroeste da Baía, e o contraste gritante do seu mundo com relação àquele da capital. A beleza dos personagens emerge do cenário descrito com pormenores na sua formação ambiental e da pobreza que caracterizava a vida em torno da pesca, que em diversos momentos chega à penúria.

Em 1902, Xavier Marques publicou mais três romances relativamente breves. O primeiro desses é *Maria Rosa*, ambientada no povoado do Baiacu, na contracosta da Ilha de Itaparica, área de manguezais, apicuns e tabuleiros. O nome da personagem título conota sua pele clara. Seus três pretendentes são caracterizados numa perspectiva em que o fenótipo se delineia mediante a aparência cromática: Zeferino aparece como um fulo:

O fulo aproximou-se e, a pretexto de examinar-lhe os cabelos, pregou-lhe um beijo nos olhos. (MARQUES, 1969, p. 123).

Já Lauriano surge como um grauçá<sup>1</sup>:

Maria Rosa lembrou-se do Grauçá, sujeito esgrouviado e sardento que a perseguia nos matos e lugares escosos e lhe dera um presente de pomada cheirosa. Era branco, de ruim casta, e pálido com o caranguejo que lhe emprestara o apelido. (MARQUES, 1969, p. 127).

Por sua vez, o pretendente que consegue conquistar Maria Rosa é assim descrito:

Vinha à frente do farrancho, tocando viola e piruetando, um mulato da Matarandiba, lenhador de profissão. (MARQUES, 1969, p. 136).

Estas passagens podem ajudar a perceber a acuidade da forma com que o autor se refere a pessoas próximas do ponto de vista geográfico e ocupacional. Esse cromatismo, aspecto propriamente estilístico, seria retomado por romancistas posteriores como Adonias Filho. Talvez não seja demais supor que este último tenha encontrado em Xavier Marques uma inspiração.

*O Arpodador* é ambientado na porção meridional da mesma ilha, de mar aberto. Uma cena de acurada percepção do mundo dos pescadores contém a descrição de uma fibrose que acometia, com

<sup>1</sup> Trata-se do *Ocypode quadrata*, crustáceo de cor entre branco e amarelo claro que, no período de renovação da casca, torna-se quase translúcido.

o passar do tempo, aqueles que haviam arpoado durante muito tempo, e que lhes limitava irreversivelmente os movimentos e a força do braço destro. No caso, um empreendedor vai à procura de Militão na praia da Penha, para que assuma uma tarefa relacionada a seu antigo ofício:

– Deixe este cascalho, que é um atraso, homem. Diga-me uma cousa – esse braço não está forte?

Militão olhou-o desconfiado.

– Como diz, meu amo?

– Esse braço...

– Isso é conforme. Graças a Deus, ainda aguenta o peso da pá e da tina... Agora, pra o arpão é que ele não levanta mais.

– Por que?

– Fiz uma cruz.

– Histórias... Então, hei de perder os meus passos? É pra o arpão mesmo que eu preciso dele.

[...] Militão, Militão... seu nome ainda faz respeito! Você desapareceu, mas sua fama corre mundo. Tanto assim que o próprio Das Virgens me disse, uma feita: “Aquele, senhor Manuel, tinha peito para arpoar um caxarrel na cabeça, montar-lhe em cima, com a vioneira segura como a rédea de um cavalo, e de lança na mão ir até o fundo do mar, desarvorar por essas montanhas d’água fora, subjugando e atando o monstro do peixe!...”

Isso ouvindo, Militão arregalou mais os olhos de ave rapace, bamboleou-se todo, a sorrir, e disse, esmurrando a porta da choça:

– Este branco... este branco... (MARQUES, 1969, p. 169).

Em *A Noiva do Golfinho*, a narrativa se desenvolve na Ilha de Tinharé, já no Baixo Sul, entre a Baía e a Região Cacaueira. Nesse curto romance, a fantasia e o ornamento alcançam o máximo na obra de Xavier Marques, apontando homologias e analogias com o que viria a se chamar, na literatura latino-americana contemporânea, o Realismo Fantástico.

Esses quatro romances estavam desde então reunidos na coletânea *Praieiros* (1969). Mostram proximidade não somente com relação a aspectos ambientais e ocupacionais, como da psicologia e da cultura dessas populações, em íntimo contato com o mar.

Xavier Marques recebeu vários prêmios e críticas elogiosas por *Jana e Joel*. Pode-se destacar o prêmio pela Academia Brasileira de Letras em 1910, pelo romance *O Sargento Pedro* (1921), cuja trama se desenrola por ocasião do enfrentamento bélico de 1822-23 na Baía de Todos os Santos e no Recôncavo, que culminou na saída dos militares e grandes comerciantes portugueses da Província da Bahia e na integração definitiva dessa região ao nascente Estado do Brasil. Em 1917, foi membro fundador da Academia de Letras da Bahia. Em 1920, foi recebido na Academia Brasileira de Letras, vindo a ocupar a cadeira que havia sido de Inglês de Souza.

Não se dispõe de muitas fontes para compreender a biografia de Xavier Marques para além de sua atividade literária, jornalística e política. Interessa, entretanto, perceber a frequência e o cuidado que mantinha em conhecer a vida de setores mais pobres e distantes de sua situação, morando em diversos bairros do Centro Histórico do Salvador. É possível que esse seu concernimento esteja relacionado à sua postura pedagógica no sentido de educação das massas, que deveriam ser preparadas para um Brasil republicano e próspero, livre do peso da herança africana, como acentua Marcelo Oliveira (2013).

Alguns de seus romances trazem uma consideração minuciosa da capilaridade da vida social da Bahia, como *As Voltas da Estrada*, lançado em 1930. Referindo-se a uma pequena cidade do Recôncavo, reporta-se inclusive aos meses que precederam imediatamente a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871. Na sua interpretação, o Escravismo e a Monarquia tiveram aí um golpe mortal. Vejamos o pronunciamento de um dos defensores do estatuto escravista:

– Meus senhores, a lei de 28 de setembro é um brado de alerta para que estejamos a postos na defesa de uma instituição que, digam o que quiserem os filantropos, tem feito a fortuna do país. Trata-se ao mesmo tempo de um patrimônio que temos o dever de transmitir devidamente garantido aos nossos herdeiros e sucessores (MARQUES, 1982, p. 70).

Nesse romance, Xavier Marques retomaria o cromatismo na caracterização dos personagens, em passagens que lembram a insistência de Gilberto Freyre na integração genética entre as matrizes da sociedade brasileira.

A população de Amparo constituía-se, como a de todo o país, pela mescla de três sangues: o europeu, o africano e o americano. Tendo, porém, preponderado o segundo dos três, dada a conveniência que houvera em tempos idos de importar e concentrar ali o máximo de trabalhadores escravos, apresentava ela em geral uma coloração variadíssima em tons sombreados, diluições da melania africana, e curiosa diversidade de traços, fisionomias e outros caracteres físicos de mestiçagem. (*ibidem*, p. 70).

Um traço que os teóricos e historiadores da literatura não costumam considerar é a inscrição de Xavier Marques no etnocentrismo epistemológico que marca o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esta é justamente a característica mais destacada pelos historiadores e outros cientistas sociais na apreciação do autor.

Marcelo Oliveira (2013) desfia cuidadosamente seu perfil, reconstituindo o entusiasmo com que encarava o abolicionismo, o liberalismo e o republicanismo, integrando uma vanguarda de posturas entendidas e experimentadas como progressistas, que ansiava ardentemente por um Brasil

livre das amarras do passado. Entretanto, essa vanguarda teve que se adequar aos procedimentos clientelistas, como a adesão e a dependência de favores de políticos situados no aparelho do Estado, já que as atividades como jornalista não lhe rendiam honorários suficientes para assegurar um padrão de vida de classe média, como tampouco a segurança e estabilidade.

Com efeito, possivelmente com o apadrinhamento de Ruy Barbosa, Xavier Marques conseguiu empregar-se no *Diário da Bahia*, do qual foi redator até 1896, quando transferiu sua pena para o periódico *A Bahia*. Em seguida, atuou no *Diário de Notícias* e na *Gazeta do Povo*, alinhado com o Partido Republicano Democrata da Bahia – PRD, liderado por José Joaquim Seabra, que foi governador entre 1912 e 1916 e entre 1920 e 1924, tendo ocupado também cargos importantes no âmbito federal.

Foi nas malhas do clientelismo que conseguiu um emprego público, no início do século XX. Em seguida, alinou-se politicamente ao grupo liderado por Seabra, chegando a eleger-se Deputado Estadual para os mandatos 1915-16, 1917-18 e 1919-20, quando foi eleito para o cargo (relativamente modesto) de terceiro vice-presidente da Assembleia Legislativa. Em seguida, foi eleito deputado federal entre 1921 e 1924. Mesmo enquanto parlamentar, manteve o envolvimento com o jornalismo e a literatura. Infelizmente, os discursos que proferiu como Deputado Estadual não foram preservados, e aqueles a que se tem acesso dentre os que proferiu quando ocupava a tribuna da Câmara Federal nada parecem acrescentar à compreensão de seus posicionamentos no âmbito da relação que nos interessa aqui, qual seja, entre política, religião e etnicidade, envolvendo sobretudo o destino das tradições de origem africana.

A partir do estudo da obra jornalística do autor, Oliveira (2013) sublinha sua postura no que diz respeito à educação. Por um lado, mostrava-se desencantado com a política republicana efetivamente praticada, que favorecia o mandonismo local; por outro, mantinha-se republicano. Tratar-se-ia de construir uma nação forte e progressista através da educação como estratégia de salvação.

### **A onipresença do feitiço em *O Feiticeiro***

Uma protoversão de *O Feiticeiro* foi escrita no final do século XIX. A narrativa está ambientada na década de 1870, quando os periódicos falavam com frequência sobre as polêmicas em torno da alforria e noticiavam a perseguição às casas de candomblé. O próprio Xavier Marques parece não apreciar a afirmação de que aquele texto – *Boto & Cia* – seria a primeira escrituração de *O Feiticeiro*, argumentando que, entre um e outro, há diferenças significativas no delineamento dos personagens e da trama. Na presente reflexão, tomo sem mais o romance tal como publicado em 1922, que tem como personagens nucleares o comerciante Paulo Boto e sua esposa Branca; um par

de mestiços, Salustiano e Eulália; e Josefa e Pomba, moças negras que em algumas passagens também se fazem protagonistas. O contraponto a esse mundo familiar e considerado normal é o babalorixá Elesbão e o mundo do Candomblé.

Diversas manifestações culturais têm lugar na narrativa, como o rancho com o bumba-meu-boi. Percebe-se a pouca estima em que o autor tinha esse tipo de folguedo. Os pobres, de modo geral, lhe parecem desprezíveis e feios:

Na altura do Carmo, um rancho de crioulas, vestidas de saias brancas, cantava à porta de uma casa abarracada: “*Viva Pedro Imperador. Imperador do Brasil...*”

[...] Mais longe, como que envergonhado da sua rustiqueza e velharia, fugindo às vistas do público, encafuado na meia sombra de uma viela, berra um *bumba-meu-boi* para divertimento dos pobres moradores do beco e dos raros transeuntes que ainda amavam aquele frangalho de tradição (*ibidem*, p. 71. Grifos no original)

Alguns costumes de negros também comparecem ao romance, como esse enterro promovido por uma Irmandade:

Da rua de Baixo surgiu o préstito de um enterro à mão, composto de uma irmandade de negros revestidos de capas cor de lírio, negras de tabuleirinhos e bandejas de flores, uma dentre elas levando o banco para descanso do caixão, no longo itinerário dos defuntos pobres (*ibidem*, p. 48).

Este trecho pode ser lido como a prefiguração do enterro de Elesbão, como se verá adiante. Também o Carnaval compõe o texto de *O Feiticeiro*:

Começava a gritaria nas ruas. A cidade enchia-se de zabumbadas e berros. Cantava-se por toda a parte com furor báquico:

– “*Viva o Zé-Pereira...*”

“*Que a ninguém faz mal,*

“*Viva a bebedeira...*”

“*Da noite de Carnaval (ibidem, p. 129. Grifos no original).*”

A Festa do 2 de Julho mereceu várias páginas:

Era a grande marcha cívica a invadir o Terreiro<sup>2</sup>.

Aos ares baços de poeira iam gritos de milhares de bocas saudando o Dois de Julho, reboando por sobre o carrilhão vibrante dos sinos, o rechinar de girândolas, o clangor das músicas marciais, a salva das fortalezas.

<sup>2</sup> Trata-se do Terreiro de Jesus, uma das praças centrais do centro da Cidade Alta, onde estão a Catedral e outras igrejas barrocas e onde residem Boto e Branca.

Entravam, tirados pelos pulsos de populares, os faustosos carros, balançando em peanhas de ouro as estátuas dos dois formosos índios, a linda cabocla e o altivo caboclo, a despedir reflexos acobreados, empunhando a lança e a bandeira, em atitude de vencedor, sacudindo as plumas do cocar em direção às colunas do pórtico (*ibidem*, p. 163).

Entretanto, o que perpassa todo o romance, em termos de sociabilidade entre ricos, pobres e remediados, entre negros e brancos, é a trama do feitiço. E o próprio medo do feitiço pode ser interpretado como uma indicação de sua importância e centralidade na sociedade soteropolitana:

O que ela [Branca] viu na rua, nessa ocasião, fê-la arrepiar-se de suspeitas e temor. Viu o marido que vinha do lado do Cruzeiro de S. Francisco, ombreado com Salustiano. Ambos entretidos a conversar, não deram pela aproximação uma negra alta e esmarrida, que surgindo da esquina de S. Domingos passou por junto de Paulo fazendo um gesto singular, tão furtivo e sutil que não podia ter boa intenção. D. Branca entrou, e recebendo o marido à porta da escada, chamou-o de parte e perguntou-lhe sobressaltada se não havia percebido o que ela testemunhara, se não sentira alguém lhe tocar ou roçar as vestes, se não aspirara algum pó, alguma coisa que lhe afetasse sensivelmente o olfato (*ibidem*, p. 125).

O sonho de Eulália também atesta a presença do mundo místico dos negros, ameaçador:

Estava à janela, ao descambar do dia. Sob as frondosas gameleiras do largo, viu mover-se uma multidão de negros que, em pouco tempo, alastrou metade do Terreiro. À frente, uma charanga selvagem; figurantes velhos, trôpegos, medonhos, obedeciam aos movimentos de um grande penacho multicolor, sacudido pela mão de agigantado africano, cuja boca desconforme sorria, num arreganho canino, com a dentadura branquejante sob o arredondado de uma carapuça vermelha. Negros e negras avançavam numa dança fantástica, macabra, a rebramir como feras... Chegaram às grades do chafariz, fizeram círculo; pôs a girar como um pião, no centro da roda, a mais alta de todas as negras... E a girar, a girar, continuou, até romper o círculo, aproximar-se de uma gameleira, e num salto de mono agarrar-se doidamente ao galho da árvore, de onde se despenhou daí a pouco, hirta, fulminada, em meio da algazarra das malungas.

[...] Depois disso, outra vez no Terreiro, a mesma turba negrejante, os mesmos tocadores de atabaques, atabaques, a mesma compararia movendo-se aos pulos, como praga de sapos, atroando os ares com vozeria de candomblé. (...) Espetáculo pungente, angustioso, desdobrou-se-lhe então aos olhos. À frente do rebanho louco – uma figura hedionda, uma africana monstruosa, de olhos de carbúnculo, com as mamas formidáveis em completa nudez, trazia às costas, atado à cintura por um pano de listra, um moleque retinto que apenas mostrava o focinho simiesco por baixo do sovaco da mulher monstro, quando ela erguia o braço armado de vergasta e vergastava, compassadamente, implacavelmente. (*ibidem*, p.123-124)

Uma cena que apresenta ao leitor a problemática do feitiço comparece logo ao início do capítulo IV, quando os principais personagens – Paulo Boto e sua esposa Branca, acompanhados

dos amigos Salustiano e Eulália, fazem um convescote em matas próximas à cidade, em que havia muitas árvores frutíferas, fontes e veredas que se podia percorrer sem dificuldades.

Voltando do mato, onde se embrenhara a catar frutas, o escriturário [Salustiano] anunciou em presença das senhoras:

– Encontrei agora um feitiço, debaixo daquela árvore.

Paulo sorriu da ignorância do amigo. Este, vendo-lhe a cara incrédula, protestou:

– “Coisa feita”, evidentemente.

– Que foi que viste, Salu?

– Ao pé da gameleira, entre as raízes, muito azeite de dendê, um prato cheio de bobó de inhame, uma galinha morta numa poça de sangue... Lá está, se quer ver...

Branca e a irmã franziram o nariz, com repugnância. E o lojista [Paulo Boto] que no seio da família fugia de ostentar conhecimentos de tais coisas, não pôde todavia condescender com o erro do outro.

– Estás muito enganado – disse. – Aquilo que viste não é “coisa feita”, é uma oferenda, é um sacrifício aos santos dos nossos pretos africanos e crioulos. Aquela árvore é um altar, se não é mesmo uma divindade.

(*ibidem*, p. 17).

Os feitiços, contudo, não estavam apenas nos arredores da cidade, e sim por toda parte, inclusive no centro mesmo da cidade, podendo-se ver com frequência uma gamela ritualizada.

Ao dar um passo para fora, recuou de salto, evitando pisar em certa coisa asquerosa. Desse mau passo, ia-lhe resultando uma queda. Parou surpreendido, com repugnância, a olhar o mistifório que lhe haviam deitado à porta. Era um grande prato de barro cheio de cascas de ovos, penas pretas de galinha, restos de acarajés, pimentas secas, tudo isso cobrindo um pombo morto e regado com azeite de dendê. Indignado, Boto voltou ao sobrado e, chamando a esposa, pediu-lhe que mandasse a criada, quanto antes, dar uma vassourada na imundície que lá estava no passeio de sua casa. [...] A criada desceu, muito ressabiada, com a vassoura. A hora matinal abrigava a família da curiosidade dos vizinhos. Os moradores da loja ainda dormiam. A carroça do asseio público aí vinha oportunamente recolhendo o lixo do largo. Impressionadas, atemorizadas, as senhoras, exceto Lali, que se levantava tarde, determinaram que a vassoura fosse também lançada fora, no carro da limpeza. Essa resolução já havia tomado, por si mesma, a criada. D. Branca, muito comovida, indagou do marido se ele chegara a pôr o pé na tal “coisa feita” (*ibidem*, p. 153).

Os terreiros encontravam-se tanto nos vales e nos morros fora do perímetro urbano como nos bairros próximos do centro da Cidade Alta. Além de um terreiro um tanto distante, Elesbão tinha uma casa situada na Ladeira do Alvo, no bairro da Saúde, próxima à Baixa dos Sapateiros e ao Pelourinho. Ou seja, em pleno centro da cidade. Com essa arquitetura física e literária, Xavier Marques situa o mundo de Elesbão num espaço contínuo àquele dos personagens próximos de

Paulo Boto. Pode-se afirmar que são espaços contíguos. Os dois mundos compunham dramaticamente a mesma cidade.

Vejamos o terreiro de configuração rural e telúrica:

Pela sombra da latada seguiram os passeadores até o átrio do singular pagode africano, caverna e santuário, de onde saíam ligeiras chocalhadas e rufos intermitentes.

– Eis o terreiro de tio Elesbão – disse Paulo aos companheiros.

Elesbão devera ter sido um príncipe, aprisionado pelos chefes de outras tribos na sua aringa destruída, e vendido aos negreiros a troco de fumo e cachaça. Exilado e cativo, conseguira aqui, como “capitão de canto”, ajuntar economias e comprar a carta de alforria. As artes da feitiçaria, a sua primitiva dignidade sacerdotal, o seu profundo conhecimento dos seres e objetos divinizáveis, da pedra, do osso, da cobra, da planta ou do búzio onde se podiam alojar os espíritos, granjearam-lhe desde logo a veneração e a vassalagem dos parceiros nagôs. Teve casa na cidade e fez capela na roça. Aí reinava e celebrava o pontífice africano, cercado de negros e mulatos, de caboclos e brancos (*ibidem*, p. 33).

Não pense o leitor, contudo, que a distância desse santuário o fizesse menos frequentado pela classe de homens livres e claros:

Com efeito, entre os convivas da festa que apenas começava, não eram poucos os homens de cor limpa e cabelos lisos que se agitavam em volta da casa, engravatados, metidos em lustrosos fatos engomados, com ares complacentes, quando não de todo sérios. Paulo conheceu-os e falou a mais de um. Eram ogãs como ele, mas ainda em pleno exercício de suas funções (*ibidem*, p. 33-34).

A figura e o cargo de ogã são da maior importância no concerto das religiões de matriz africana. Trata-se de um ministro, alguém que pode desempenhar funções relevantes no âmbito dos rituais, como o sacrifício e o corte de animais; no gerenciamento das assembleias de frequência múltipla, em que a diplomacia é fundamental; e o relacionamento com a sociedade em torno, o que viabiliza a lubrificação da relação entre uma casa religiosa e setores influentes da sociedade hegemônica por homens claros, mais ou menos endinheirados e estudados, podendo incluir padres, juizes, médicos, comerciantes, etc. Um dos primeiros registros da importância do cuidado desse relacionamento entre mundos tão distintos quanto próximos é aportado por João Reis (1989). Observa-se, no século XIX, a costura de alianças entre representantes dos estratos polarizados numa sociedade escravista, mostrando a criatividade desses agentes no sentido de garantir seja a permanência de suas formas religiosas, no caso dos negros, seja o prestígio e a obtenção de serviços religiosos, no caso de senhores brancos, sendo que alguns deles vieram a tornar-se ogãs.

Voltemos ao romance. Em se tratando de continuidade ou mesmo de contiguidade de

espaços citadinos, é na casa da Ladeira do Alvo que se manifesta o que a narrativa tem como repugnante ou primitivo. Vejamos a cena em que Josefa vai aí à procura de Elesbão:

Antes, porém, que chegassem mais clientes, ela abicou e ainda pôde lobrigar, fugindo pelo corredor a dentro, com a cabeça e o torso envolvidos num fichu escuro, a pessoa que lhe tomara a dianteira. Calma, habituada a frequentar esses lugares, resignou-se bem depressa e achou-se na entrada com uma negra velha, encolhida no chão, debaixo de um trapo de pano da Costa.

– Papai?... – perguntou, com carinho, depois de saudá-la em língua iorubana. Abraçando as canelas, coma mandíbula sobre os joelhos, a preta respondeu sem se mexer:

– Tá cupado, pera aí...(ibidem, p.101-102)

Em passagens assim, resulta indisfarçável o etnocentrismo de Xavier Marques. Uma mulher branca não teria uma mandíbula, e sim um queixo. Vejamos a continuidade da descrição:

[...] Toda a casa tresandava a ranço, azeite de dendê e a ervas maceradas. E de canto a canto passeavam cágados, afocinhando quiabos e retraços de outras hortaliças. [...] Esperou ainda um quarto de hora, escutando o mistério da camarinha e o sussurro das concubinas e servas nos fundos do cortiço. Um cheiro azedo de afurá começou a enjoá-la. E de longe chegou-lhe um uivo semelhante ao roncar do jacamim. (*ibidem*, p. 102-103).

A trama do romance se desenrola em torno da capacidade que tem Elesbão de manipular informações de seus consulentes. É esperto e tira proveito de sua posição para mantê-las dependentes de seu sacerdócio. Sua saúde, contudo, é precária.

A última vez que Josefa o procurou, não pôde transpor-lhe nem as ombreiras da sala. O casebre, cheio de malungos, de servas, de filhas e mães de santo, zumbia como um mosqueiro de tavões. Era lúgubre e cheirava a mortualha (*ibidem*, p. 245).

A descrição do seu enterro deixa inequívoca a postura de Xavier Marques em relação o feiticeiro:

Muita gente imóvel nas imediações via passa um magote sombrio, cuja tristeza respirava o que quer que fosse de grotesco. Negros africanos, cambaios, patudos, encartuchados em velhos redingotes; negras minas, gêges, nagôs e crioulas, umas de trunfa branca, outras de carapinha ao sol, com largos panos de chita preta e panos da Costa, listrados de azul, pelos ombros abaixo, moviam-se como um bando de urubus em direção às Portas do Carmo. Mulheres de capona, de rosário esquecido entre os dedos enclavinados, aguadeiros em redor do chafariz, garotos aqui e ali, seguiam o andar banzeiro da negraria que lá ia sem o grasnar do costume.

– É o funeral... – disse consigo Pomba, condoída.

E se não o soubesse dir-lhe-iam os capadóciolos, que surgindo de vários pontos, começavam a assobiar e a cantar:

*“Negro gege quando morre*

*“Vai na tumba do banguê...”*

Eulália atravessava o largo, feliz ao lado do noivo, sem dar pelo olhar compadecido que a costureira voltava para ela. Os bandurrielhas, num tripudiar ímpio e satânico, prosseguiram:

*“Os parceiros vão dizendo:*

*“– Urubu tem que comer”*

Pomba vinha pela sombra das sugestivas gameleiras, mediando nos contrastes do mundo e na insegurança desta vida. Perto da casa, voltou-se mais uma vez para ver o lote que escurecia na luz gloriosa do Terreiro. Bem junto dela, ainda passavam dois maltrapilhos, assobiando e trauteando:

*“Ocu babá, Ocu gelê,*

*“Negro nagô virou saruê” (ibidem, p. 247-248, grifos no original).*

São as últimas frases do romance. Alguns anos atrás, ouvi esta letra constrangedora ser cantada pela voz de uma anciã negra, na mesma Itaparica em que nasceu e cresceu Xavier Marques. Disse-me ela que se cantava assim quando se queria zombar de um *nagô*. Devo observar que o termo *nagô*, aí, não correspondente propriamente ao nome de um grupo étnico, como hoje comparece com conotações de nobreza, beleza, grandiosidade nas narrativas dos movimentos negros, dos blocos afro e de setores da academia. No vocabulário de muitos ambientes populares de Salvador e do Recôncavo, *nagôs* eram negros brutos, analfabetos, que carregavam peso e viviam nas periferias, às vezes em cabanas no mato. Costumavam ter os pés disformes, espalhados e de palma espessa, pois alguns jamais haviam calçado sapatos ou mesmo sandálias.

Na interpretação de Rafael Rosa da Rosa, *O Feiticeiro* é uma crítica à permanência e força das tradições religiosas africanas na Bahia, inclusive aos brancos e outras pessoas de classe média que recorriam aos feitiços. Não é somente o feitiço do negro africano que Xavier Marques identifica como atraso; em algumas passagens, é sobretudo o recurso que ao feitiço fazem pessoas letradas, de classe média.

É possível considerar que Marques associou a morte de Elesbão à queda do regime monárquico brasileiro. Assim procedendo, torna o desaparecimento do sacerdote tão inevitável quanto a derrocada do Império. O feiticeiro africano representa em Marques algo que ainda estava para ser superado. Uma severa crítica aos rumos que a República tinha tomado. Enfim, embranquecer o Brasil não era a única ordem. Também era preciso desafrikanizar. A narrativa de *O Feiticeiro* orientava seus leitores diante do quadro complexo da composição racial da sociedade brasileira e baiana que representava um entrave nas pretensões de consolidação de um projeto civilizacional (ROCHA, 2013, p. 50).

Na mesma linha de interpretação, Liliâne Vasconcelos de Jesus comenta:

Dessa forma, a Cidade da Bahia representada nas narrativas de Xavier Marques agrega uma dualidade de mundos que destina ao branco a ideia de ordem, de civilização e de progresso, enquanto ao negro a ideia de desordem, incivilidade e atraso. O negro representa para a Bahia o desencanto, o indesejado, um dos responsáveis pela falta, pelo atraso da modernização do espaço urbano baiano (DE JESUS, 2007, p. 10).

A narrativa do nosso autor não busca disfarçar o desprezo, rejeição e repugnância pelo tipo de sacerdócio exercido por Elesbão, e a impaciência diante disso se estende aos membros letrados das elites e suas adjacências, que recorriam a seus serviços. Ora, Elesbão seria uma mostra de uma plêiade de sacerdotes e sacerdotisas que haviam se estabelecido em Salvador e representavam um empecilho ao progresso, à civilidade. Este parece ser o grande ideal de Xavier Marques, o alcance de uma civilidade que viria com a educação, incompatível com a superstição e esse tipo de prática religiosa.

### **O transe no texto de Xavier Marques**

Logo no início do romance, o autor transparece sua identificação com o personagem Paulo Boto, que poderia ser considerado seu porta-voz na interpretação da presença das práticas religiosas de matriz africana na cidade do Salvador. Mostra-se “esclarecido”, reconhecendo a procedência das oferendas, ao mesmo tempo que deseja remover dessas a força mágica e mística tal como se expressa na dinâmica do feitiço. Podemos observar que o personagem que de certa forma o representa tem posturas admiravelmente contrastantes em relação à compreensão que, à época, mostravam as elites claras e letradas.

No passeio situado no início da narrativa, ele assim se posiciona com relação ao asco manifestado pela esposa diante dos sinais da presença da religião de matriz africana:

- Não se escandalize. Houve tempo em que eu, não tendo muito o que fazer, para divertir-me, vinha a estas roças caçar passarinhos e inteirava-me destes que tinham perto daqui um terreiro. Talvez ainda existam a mãe e o pai desse terreiro. Eu os conheci, como conheci outros africanos. Apesar de certa desconfiança e reserva com os brancos, eles iniciaram-me nas suas crenças e nos seus ritos... Eis por que afirmo que aquela árvore pode muito bem ser a encarnação de um espírito, de uma divindade, a quem os negros ofertam comidas e bebidas assim como nós oferecemos cera, flores e incenso aos santos do nosso oratório
- Não há comparação – disse Branca, protestando.
- Como são brutos! Comentou Eulália.
- Os negros?... Certas pessoas não admitem como sagrado senão aquilo que adoram. Mas cada qual crê no que pode; a fé é a mesma e opera os mesmos milagres. Temos jejuns, retiros, procissões, cremos no purgatório, no

inferno, em demônios e almas do outro mundo... Vejam bem que não estou zombando. Os negros têm tudo isso, apenas sob formas diferentes, e em tudo isso creem segundo a sua ideia. Não são propriamente brutos (MARQUES, 1975, p. 18).

Permita-me o leitor prolongar ainda a citação, pois a fala de Boto é de uma elaboração singular considerando a época em que foi escrita.

– [...] Quantas abusões têm os negros mais do que nós, os brancos? Se uns fazem feitiço, os outros rezam de olhado, penduram Santo Antônio e furtam-lhe o menino. Uns trocam cabeças para dar ventura, os outros roubam dos missais o Breve Santíssimo da Marca e o trazem como talismã ao pescoço. As mulheres que deitam cartas não são africanas. Há curandeiros brancos, como há curandeiros africanos. Aos que tiram o diabo do corpo dos possessos respondem os pais de terreiro fazendo entrar no *santo* no corpo das iaôs. (*ibidem*, p. 18).

Quando Eulália se remete a comportamentos escusos de sacerdotes negros, argumenta:

– Ingênuia Lali! – exclamou o Boto. – Quem havia de ser?... Há muita velhacaria, mas há também boa fé no meio dessa gente. Pergunto eu: quem o mais culpado – o negro que faz pela vida, explorando a credice do branco, ou o branco civilizado e católico que procura o africano e se deixa explorar? Não me consta que eles obriguem mulher casada, viúva ou solteira a ir às suas capelas dar dinheiro em troca de vaticínios ou remédios. Elas vão por sua livre vontade, porque creem e não consideram o passo nem ridículo nem vergonhoso (*ibidem*, p. 19).

Por que seria o autor tão aberto e compreensivo nestas últimas passagens, na voz do personagem Paulo Boto, e tão cruel na maioria das anteriores? Confesso que esta interrogação é justamente o que me levou a propor esta contribuição. O etnocentrismo de Xavier Marques, associado ao seu culto à civilidade e à sua convicção de que o povo deveria ser resgatado do passado pela educação, resultam muito nítidos no conjunto da sua narrativa. No entanto, em alguns trechos, como esses acima, o autor não se manifesta inclemente. Isto demanda reflexão.

Vejamos a descrição de uma festa de Candomblé no início do romance:

Pela cor das vestes e dos enfeites que predominava na roda – saia-branca e contas amarelas – viu Paulo que era Oxum o santo do dia, a divina Oxum, esposa de Xangô, do gênio que tropeja nas nuvens e lança as pedras de raio, partículas da sua divindade. Mas outras iaôs, filhas de Iemanjá, de Oxóssi, de Iansã, de Ogum, de Orixalá e Omonolu [sic] tinham vindo comungar a alegria religiosa do terreiro, todas com algum distintivo de irmandade, estas adereçadas de contas vermelhas, aquelas de missanga azul opalina e transparente, outras combinando o branco marfim e o açafraão nos colos e braços tintos ou azeitoados (*ibidem*, p. 34).

Como compreender que o mesmo autor de descrições tão etnocêntricas possa ter escrito estas páginas marcadas pela admiração diante da aparição dos Orixás?

Aos instrumentos de percussão, seguiam-se as cabaças vestidas de redes de búzios, prontas a rolar nas mãos foveiras que as empalmavam. No extremo da linha, ficava o mais moço, aguardando o momento de ferir o gã metálico.

Chegou o momento. A música, em surdina, parecia interpretar o sentimento de temor e respeito que pairava, deveras, sobre a sala. As ancilas dos orixás, de olhos fitos no invisível, sentindo a atração de um mistério nascente, moveram-se a compasso, antes rosnando que cantando (*ibidem*, p. 35).

A descrição do transe de Belmira merece especial atenção.

A roda estremeceu. A essa hora, as águas doces das fontes, dos lagos e dos rios, onde mora a mãe Oxum, lhes murmuravam segredos inquietantes.

– Que temos hoje? – perguntou Paulo Boto a um dos seus conhecidos.

– A iniciação de Belmira.

Era o que ele esperava. Belmira, acrescentou o ogã, já estava lá dentro no peji, de cabeça raspada, lavada e gizada, libando o licor místico que requinta as energias das neófitas (*ibidem*, p. 36).

A narrativa tem um tom apoteótico de uma teofania:

Onde estava o alarve divino que se nutria de tanto esforço? Era uma divindade surda que aí se invocava? Ou estas suas servas não mereciam a graça de a encarnar e possuir na hipóstase miraculosa que já parecia tardar aos profanos do candomblé? À impaciência destes respondia de vez em quando um brado convulsivo de todas as festeiras:

– Ora-iê-iê!...

[...] Surge, porém, a mais imponente dentre todas. Alta, engrouviada, fantástica, empunha um molho de clinas alvas que se desfiam e voam em torno de seu pulso magro, arrojado numa volta de missanga amarela. A saia curta mostra-lhe os tornozelos em anilhas de caurim. Ginga e meia-se com trejeitos mandingueiros, farejando o mistério com as narinas largas e o beijo macilento arreganhado. As outras já lhe viram os sinais de eleição. É o grande astro sinistro a arrebanhar os satélites; ao capricho da sua curva, todas elas se movem. Com ela avançam, recuam, giram, pendem para o solo, soerguem-se reverentes, fazem continências, e de repente se afastam para deixar só no centro, a imperar, a rainha do batucagê (*ibidem*, p. 37-38).

Trata-se da festa da pronúncia do nome, que no universo do Candomblé marca a assunção pública da iaô pelo seu Orixá. Numa confusão de referências etnocêntricas e admiração pela magnitude da cena, o autor assim descreve a plenitude do transe de Belmira, filha de Oxum:

[...] Todos os membros lhe estrebucham. Dos pés ligeiros ao dócil cangote, mordem-na invisíveis marimbondos de fogo. As clinas sacodem furiosamente o ar. Da garganta rompe-lhe um brado estertoroso:

– Oxum!...

[...] Nesse transe, pula do seu assento o pai Elesbão, e como algoz inexorável entra a bater-lhe em torno da cabeça e junto às orelhas a dupla campânula do agogô, que torna mais infernal a confusão.

O terreiro em peso fica suspenso na expectativa da queda. – A filha eleita dos orixás vai enlouquecer o morrer?...

[...] Ela revolteia, dá um último pinote, empalidece e por fim baqueia como fulminada por um raio de Xangô...

– Tem o diabo no corpo – disse Amâncio, disfarçando a sua própria angustia.

– Não. – emendou Paulo – foi o santo que lhe chegou à cabeça... (*ibidem*, p. 40).

Num momento em que a aversão e o ódio religioso se manifestam frequentemente contra as religiões de matriz africana, é significativo registrar que o autor de *O Feiticeiro* reconhece como sujeito do transe o Orixá, não um demônio.

Poderíamos colocar algumas perguntas diante desta constatação. Estaria Xavier Marques vinculado a convicções e compromissos religiosos? Afinal, pela proximidade com relação aos ambientes que descreve em seus romances, é muito provável que os frequentasse, como vimos no início do artigo quando se tratava das comunidades costeiras da Baía de Todos os Santos. E, como muitos homens letrados de classe média, é possível que ele mesmo fosse um ogã ou mantivesse proximidade com o Candomblé mesmo sem tal investidura. Seja como for, as contradições de sua visão não o impedem de enxergar, no transe, a presença soberana do Orixá.

Em outras passagens do romance, os Orixás aparecem em plena subjetividade, como é o caso da visita de Josefa à casa da Ladeira do Alvo:

Reconheceu pela cauda bífida a figuração da mãe d'água<sup>3</sup> e por outras aparências o salutar Xaponã<sup>4</sup>, que suscita o horror da varíola. Lá estava mais um ídolo, disforme, feitiço de pilão, com a língua de fora e plumas de cores no sincipício; e mais outro, que não seria senão a fecunda Obatalá, dando as mamas enormes e inesgotáveis ao filho que trazia escanchado no flanco... (*ibidem*, p. 104).

### Considerações finais

As contradições do pensamento e da expressão de Xavier Marques sugerem ainda outras questões. Não estaria ele próprio experimentando as contradições que o consumiam e o levaram a escrever o romance? Quando se coloca como Paulo Boto, é respeitoso e “esclarecido” com relação aos Orixás e ao transe, usando com capricho os recursos daquilo que David Salles (1977) chama de

3 Como era conhecida a figura de Iemanjá até meados do século XX, inclusive na sua festa de 2 de fevereiro.

4 Um dos nomes de Omolu e Obaluaê, mais encontrado hoje no Maranhão.

ornamental. Quando se refere diretamente a Elesbão, torna-se cruel e inclemente. Caberia indagar: seria Xavier Marques um intérprete ou emergente do pensamento social brasileiro na sua própria ambivalência?

Nas primeiras décadas do século XX, quando o autor amadureceu sua compreensão acerca as tradições religiosas de matriz africana, havia em Salvador casas de Candomblé que não correspondiam à descrição que se faz da casa da ladeira do Alvo.

A Casa Branca, fundada por princesas iorubás no século XVIII, havia inicialmente se estabelecido na Barroquinha, em pleno Centro, migrando depois para a Mata Escura do Engenho Velho. O Candomblé do Gantois, formado na segunda metade do século XIX, é referido por Nina Rodrigues. Mesmo que Xavier Marques não tenha mantido interlocução direta com o médico antropólogo, é extremamente improvável que não tenha tido acesso a seus escritos ou mesmo ouvido esse médico tão prestigioso. Curiosamente, a Faculdade de Medicina da Bahia estava na mesma praça – o Terreiro de Jesus – diversas vezes mencionada em *O Feiticeiro*.

Em 1910, foi fundado o Axé Opô Afonjá, em São Gonçalo do Retiro. Próximo daí, formou-se em 1916 o Bate Folha, de nação Angola, pela mão de Bernardino da Paixão. Todos os documentos referentes à aquisição do terreno em que se estabeleceu essa casa estão rigorosamente conforme a lei, como bem reconstituiu Erivaldo Sales Nunes (2020). Essas casas contaram, desde o início, com a presença de ogãs prestigiosos.

Outras casas também abriam suas portas aos homens letrados, como a de Procópio de Ogunjá e a do Bogum, de nação Jeje. O II Congresso Afro-Brasileiro aconteceria em 1937, congregando várias dessas casas numa programação oficial que em nada lembra corredores cheios de animais e odor nauseabundo, como descreve o romance em relação à casa de Elesbão situada no meio urbano.

Enfim, soa muito improvável que nosso autor não tenha tido acesso a esse modelo de organização religiosa, um tanto distinto daquele que corresponde à casa da Ladeira do Alvo. Aos efeitos de sua proposta política marcada pelo etnocentrismo e pela obsessão de uma civilidade que não havia se viabilizado com o advento da República, preferiu acentuar os aspectos que conotavam o primitivo, o repugnante, aquilo que se devia superar na construção de uma sociedade moderna.

O que permanece misterioso é que, na narrativa de Xavier Marques, os Orixás ficam praticamente intocados pelo etnocentrismo. Creio reunir elementos suficientes para indagar: teria sido ele mesmo próximo dessas entidades, ao mesmo tempo tão estranhas ao mundo racionalista e “civilizado” dos letrados e tão presentes nos interstícios da sociedade soteropolitana, como as gamelas de feitiço?

**Referências**

- BOSI, Alfredo. *O Pré-Modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1966.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1955.
- DE JESUS, Liliâne Vasconcelos. O Sonho de uma nova Bahia: Xavier Marques e a “Velha Mulata”. *Anais do III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2007.
- MARQUES, Xavier. *As Voltas da Estrada*. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Praieiros*. Salvador: Edição GRD, 1969.
- \_\_\_\_\_. *O Feiticeiro*. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 3 ed, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O Sargento Pedro*. Tradições da Independência. Salvador: Edições Catilina, 1921.
- NUNES, Erivaldo Sales. *Bate Folha*. Trajetória e Memória do Candomblé de Bernardino. Salvador: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA, 2020.
- OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Xavier Marques entre os intérpretes do Brasil: raça e nação na Primeira República*. Tese de Doutorado/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2013.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de Ficção (1870-1920)*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- REIS, João José. Nas malhas do poder escravista: a invasão do candomblé do Accú. In REIS, João José; SILVA, Eduardo: *Negociação e Conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROCHA, Rafael Rosa da. Xavier Marques e a representação do africano em *O Feiticeiro* (1922). *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, Bahia, vol. 1, n. 2, 2013, p. 34-50.
- SALLES, David. *O ficcionista Xavier Marques: um estudo da “transição” ornamental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.